



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo n.º 08088867420208152001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **THIAGO THAYRON MARQUES DE SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue:

### **DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO**

#### **LESÃO PREEXISTENTE**

Inicialmente, deve-se sopesar o fato da parte autora ter pleiteado ADMINISTRATIVAMENTE verba indenizatória DPVAT, cujo processo foi autuado sob o **nº. 3200336662**, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em 21/07/2020.

**Frisa-se que a parte autora requereu o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT nos autos da ação supracitada em decorrência de PERDA COMPLETA DA MOBILIDADE DE UM DOS PUNHOS, 25%, ou seja, o requerente sustenta seu pleito indenizatório em lesão idêntica a que fora recebida anteriormente.**

PERCEBA AINDA EXA., A PARTE AUTORA INGRESSOU COM A DEMANDA JUDICIAL 0801085-67.2021.8.15.2003, O PERITO AINDA APUROU A LESÃO NO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO NA PROPORÇÃO DE 25%, CONFORME AMPLA DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO!

**ORA EXA., PERCEBA QUE A PARTE AUTORA JÁ FORA INDENIZADA 3 VEZES SOBRE O MESMO MEMBRO, OCASIONANDO ASSIM BIS IN IDEM, QUE CONSISTE NA REPETIÇÃO (BIS) DA GRADUAÇÃO E CONDENAÇÃO DO MESMO MEMBRO!!!!**

Constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexos de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.

Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de outra ação que teve o mérito julgado, uma vez que a parte autora sequer comprova que houve agravamento da lesão em virtude de um suposto novo acidente automobilístico.

Diante do exposto, a improcedência do pedido é a medida que se impõe.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 4 de junho de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**